



Tecnologia e Sociedade

ISSN: 1809-0044

revistappgte@gmail.com

Universidade Tecnológica Federal do

Paraná

Brasil

Bosco Laudares, João
AS RELAÇÕES DE TRABALHO NUMA SOCIEDADE CAPITALISTA A SOCIEDADE
TECNIZADA E CAPITALISTA

Tecnologia e Sociedade, vol. 2, núm. 2, enero-junio, 2006, pp. 99-107
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Curitiba, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=496650321007>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

AS RELAÇÕES DE TRABALHO NUMA SOCIEDADE CAPITALISTA

A SOCIEDADE TECNIZADA E CAPITALISTA

João Bosco Laudares*

A partir da industrialização no século XIX com o movimento da urbanização, êxodo do campo na criação das cidades, quando as fábricas foram o refúgio e o espaço de trabalho do homem, um novo tipo de sociedade surgiu, industrial e capitalista. Mudanças no modo de viver e de trabalhar caracterizadas por novos referenciais: políticas, a ensejar relações sociais em padrões de classes; técnico, a definir uma configuração no modo de produzir. Isto é, a hegemonia da indústria sobre o agrário-rural, da cidade sobre o campo.

Com a industrialização nasce o capitalismo a consagrar a dialética, trabalho e capital. A perda da autonomia do trabalhador, dos seus meios de produção, do planejamento e do processo de trabalho, o subjuga aos domínios do capitalista com o seu tipo de estruturação laboral. Exemplo típico das novas condições de trabalho e de vida foi definido pelo fordismo, que fez do trabalhador um consumidor e regulou, pelos assistentes sociais, seus hábitos e procedimentos sociais no espaço externo da fábrica.

A expansão capitalista, definida por meio da produtividade e competitividade com suas forças vitais e inerentes para acumulação, provoca alterações substantivas na economia, nas relações de empregos e na estrutura ocupacional no interno das organizações trazendo definições da formação e qualificação do trabalhador, além de incitar contínuas reestruturações produtivas com consequência para mudanças societárias.

* Mestre em Tecnologia pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e professor titular da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. (laudaresjb@dppg.cefetmg.br)

A sociedade industrial é concebida distinta da sociedade tecnicizada, esta com paradigmas de demandas de trabalho qualificado a exigir do trabalhador maior competência para o trabalho, e do capitalista um perfil diferenciado de gestor.

Na cidade, é preciso elaborar uma nova lógica de convivência que suscita a necessidade da criação de infra-estrutura básica: moradia, transporte, saúde, entre outras demandas, e a definição de sistema político a ancorar e dar suporte às relações sociais, pois há aglomeração dos trabalhadores no espaço de trabalho e fora deste, após o final da jornada de trabalho, na cidade. É tarefa do capital fazer a gestão do processo de trabalho, espaço de dialética com o trabalhador na venda de sua força de trabalho, no sistema de valorização do capital.

Já, fora da fábrica, se determina um quadro socioeconômico com desdobramentos culturais, éticos e políticos num estabelecimento de conflitos a demandar instituições para regulação do convívio social através do Estado, na intermediação capital e trabalho. Neste contexto, relações de trabalho são instituídas.

A PARTIR DOS MODELOS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO, NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO E SOCIAIS SÃO CRIADAS.

Os modelos ou formas de organização e gestão do trabalho podem ser analisadas sobre duas abordagens: a base técnica e as tecnologias de organização. Isto é, a máquina, a energia, os mecanismos produtivos e os modos de organizar, controlar e gerenciar a força de trabalho.

Dois atores se apresentam: o homem (trabalhador) e a técnica (tecnologia). A evolução se faz com contínuas mudanças,

as transformações tecnológicas constituem ajustamentos da base técnica de produção às determinações das necessidades de valorização do capital. A concorrência capitalista requer contínuo aumento da produtividade pelo aumento do controle e da racionalização do trabalho e pela redução dos custos de cada unidade produzida. MACHADO (1993, p. 33).

As relações de trabalho podem ser melhor compreendidas na trajetória dos modelos de organização com o desenvolvimento tecnológico. Segundo ainda MACHADO (1993) a evolução histórica do capitalismo se faz em longos ciclos, identificados a partir das tecnologias da máquina a vapor, de fabricação artesanal, passando pela eletro-mecânica, pelo uso dos motores elétricos à combustão até nos dias atuais, pelas máquinas com aparelhagem eletrônica e informatizadas.

Esta evolução da tecnologia “dura” ou “física” do maquinário e energia aconteceu em paralelo com a tecnologia “mole” ou “leve” de organização e gestão. O capitalismo, segundo HARVEY (1994), orientado para o crescimento buscando a evolução em valores reais se apoia na exploração do trabalho vivo na produção, desde que compra a força de trabalho é o responsável pela sua inserção e organização no processo produtivo. Daí se cria as relações de classe entre trabalho e capital.

Anteriormente, na fase pré-capitalista no artesanato as relações de trabalho eram verticalizadas e o artesão dominava todo processo de produção, do planejamento à comercialização do seu produto. O convívio relacional no trabalho era harmonioso, do tipo patriarcal no qual o artesão treinava seus ajudantes e lhes dava conduta de vida social.

No interior da sociedade capitalista, HARVEY (1994), ao teorizar a transição do taylorismo/fordismo para a acumulação flexível da produção just-in-time, define o capitalismo, pela sua necessidade intrínseca tecnológica e organizacionalmente dinâmica.

Mas, a mudança organizacional e tecnológica também tem papel-chave na modificação da dinâmica da luta de classes movida por ambos os lados, no domínio dos mercados de trabalho e do controle do trabalho. Além disso, se o controle do trabalho é essencial para a produção de lucros e se torna uma questão mais ampla do ponto de vista do modo de regulamentação, a inovação organizacional e tecnológica no sistema regulatório (como o aparelho do Estado, os sistemas políticos de incorporação e representação etc,) se torna crucial para a perpetuação do capitalismo. Deriva em parte

dessa necessidade a ideologia de que o “progresso” é tanto inevitável como bom. HARVEY (1994, p. 169).

Assim, no capitalismo as relações de trabalho são movidas pela cooperação do trabalhador, na sua co-responsabilidade do progresso, exarcebando uma divisão social em classe entre capital e trabalho.

Ao capitalista interessa a crescente produtividade, no processo do trabalho, e a vitória da competitividade, na relação intercapitalista, sem ruptura na ordem social da ideologia capitalista. As relações de trabalho se fazem admitindo a organização dos trabalhadores em sindicatos, no fordismo, mas no toyotismo há um cerceamento da livre organização através do sindicato de empresa, na qual há a submissão das reivindicações do trabalhador ao desenvolvimento e ao crescimento da empresa.

Se a era fordista reduziu a responsabilidade do trabalhador com o disciplinamento da força de trabalho aos ditames capitalistas, a nova era da produção com base na economia de escopo, na produção flexível, no controle de qualidade determina uma ênfase na responsabilidade do trabalhador mas, sem ganhos reais apesar da maior adesão, envolvimento e engajamento aos princípios e ideologia capitalistas.

Devido às contradições inerentes à sua própria ideologia, o capitalismo impõe, através de contínuas reestruturações, um mercado de trabalho com diminuição do emprego regular, crescente trabalho em tempo parcial, temporário, ou subcontratado. Nesta fase da acumulação flexível, as relações de trabalho enfraquecem na forma do capital menos industrial e mais financeiro. O capitalista, na sua condição de acumulação, diminui sua aplicação no parque industrial redirecionando seus recursos no jogo do mercado de capitais, enfraquecendo as economias nacionais com as aplicações financeiras onde há maior lucro, e consequente possibilidade de maior acumulação, além das fronteiras nacionais; isto é, o capital financeiro não reconhece a geografia dos países.

Desta forma, acontece uma maior estreiteza do mercado de trabalho produtivo na concorrência intercapitalista financeira de bolsa de valores para especulação de melhor aplicação e rendimentos.

AS RELAÇÕES DE TRABALHO E FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

O capital se mantém e cresce amparado na sua estrutura de dominação da força de trabalho na obtenção do lucro e consequente acumulação. Baseia-se no trabalho vivo e no trabalho morto. É clara sua contradição: dependência do trabalhador, mas com contínuas inovações tecnológicas no setor produtivo para diminuir esta dependência. Necessita do trabalhador com crescente competência para as inovações, mas não quer se comprometer com os programas de capacitação e de garantia e permanência das relações contratuais. Com políticas liberais, impõe ao trabalhador nova concepção de empregabilidade, isto é, a responsabilidade de trabalhador pela descoberta e permanência do seu emprego ou ocupação no mercado de trabalho. Quer garantir o mínimo da força de trabalho essencial a produção, cada vez mais tecnológica, informatizada e robotizada, e se quer dispor de um confortável exército de reserva, para manutenção da regularidade da produção.

Um novo cidadão trabalhador é demandado, dentro da estreiteza peculiar de mais-valia, tanto relativa quanto absoluta, da redução do número de trabalhadores, mas não da produtividade. Prepara o trabalhador para exercer especialmente as funções da empresa e conclama o Estado para a qualificação supérflua ao processo de trabalho.

È o próprio capital que passa a demandar uma nova pedagogia para formar o produtor e o consumidor, o homem da “pólis” globalizada, desenvolvendo-a em suas agências de treinamento, no próprio trabalho e nas relações sociais amplas, principalmente através dos meios de comunicação de massa, que passam a disseminar a nova concepção de mundo demandada pela acumulação flexível. Ao mesmo tempo, reivindica ao Estado mais atenção com a educação básica, e à escola um novo projeto, em que a repetição, a memorização, a aprendizagem de conteúdos e de formas operacionais parciais e a submissão à ordem sejam substituídas pelo domínio das habilidades comunicativas, pelo raciocínio lógico, pela capacidade de discernir, de criar, de

comprometer-se, de trabalhar com a informação, de construir soluções originais, e, principalmente, de duvidar; de não se satisfazer e, em decorrência, de educar-se continuamente. (KUENZER; 2002, p. 66).

Enquanto na era fordista, com o Estado de Bem-Estar Social, aconteceu uma tendência ao pleno emprego, no qual o Estado assumiu a função de intermediário entre os pólos capital e trabalho, agora as políticas públicas não mais atendem o trabalhador, que necessita buscar solitário seu novo lugar na divisão social e técnica do trabalho, pela sua formação e qualificação profissionais.

As relações de trabalho são débeis pelo lado do trabalhador, através do enfraquecimento dos sindicatos, da ausência das políticas públicas pelo Estado endividado e corrupto e pela forma de emprego parcial e temporário. O enriquecimento do poder do trabalhador na relação capital e trabalho se faz em novas bases educacionais,

as pesquisas que vêm sendo realizadas sobre mudanças ocorridas no mundo do trabalho e das relações sociais com vistas à compreensão do novo princípio educativo para subsidiar a elaboração de um novo projeto político-pedagógico que seja orgânico às demandas dos trabalhadores e excluídos têm apontado para a necessidade de seleção e organização dos conteúdos a partir dos seguintes eixos, separados para fins didáticos, mas que deverão ser tratados de forma articulada:

conhecimentos científicos e tecnológicos que estão presentes no trabalho e nas relações sociais, tratados em suas dimensões epistemológicas e histórica;

conhecimentos sobre as diferentes formas de linguagem e comunicação contemporâneas, bem como as que são próprias de cada ciência;

conhecimentos sócios-históricos, inclusive os relativos às novas formas de organização e gestão do trabalho e da

sociedade, que permitam ao jovem compreender as relações sociais e produtivas, bem como nelas intervir enquanto sujeito individual e coletivo. (KUENZER; 2002, p. 71).

AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO AMBIENTE DA GLOBALIZAÇÃO

Aprofundando a análise política das relações de trabalho, CASTELLS (1999), na sua obra “A sociedade em Rede”, avalia a economia informacional e o processo de globalização, com um parâmetro qualificacional do trabalhador ao inserir seu estudo num contexto macro da nova divisão internacional do trabalho.

A economia global resultante da produção e concorrência com base informacional caracteriza-se por sua interdependência, assimetria, regionalização, crescente diversificação dentro de cada região, inclusão seletiva, segmentação excludente e, em consequência de todos esses fatores, por uma geometria extraordinariamente variável que tende a desintegrar a geografia econômica e histórica. (CASTELLS; 1999, p. 123).

O mesmo autor otimista da industrialização na década de 90 afirma que em algumas regiões há uma melhoria nos padrões de vida e mudança estrutural do sistema produtivo. Mas, ao teorizar a pós-industrialização no final da década de 90, afirma que segmentos da população se tornam irrelevantes para a economia, pois não participam dos benefícios de seu desenvolvimento com parcial ou total exclusão social. Isto é, as economias centrais e as periféricas.

Na América Latina, a estagnação econômica no final do século aprofundou, especialmente no Brasil, os efeitos perversos da divisão internacional do trabalho da economia, com prejuízos para a formação e capacitação do trabalho.

Assim, CASTELLS define, na arquitetura e a geometria da economia

informacional/global, “(quatro) posições diferentes da qualificação do trabalhador:

produtores de alto valor com base no trabalho informacional; produtores de grande volume baseado no trabalho de mais baixo custo; produtores de matérias-primas que se baseiam em recursos naturais; e os produtores redundantes, reduzidos ao trabalho desvalorizado (CASTELLS; 1999, p. 160).

CASTELLS (1999) ainda afirma que a posição na divisão internacional do trabalho não depende fundamentalmente das particularidades do país mas das características de sua mão-de-obra e da inserção na economia global.

Na divisão internacional, baseado nas duas premissas do mesmo autor, se não há qualificação da mão de obra e inserção do país na economia global, as relações sociais e de trabalho são debilitadas para o trabalhador neste espaço de disputa globalizada.

No Brasil, país periférico e em desenvolvimento com participação estreita na economia global, como exportador de produtos agro-pecuários, matérias-primas e, importador de tecnologias e bens manufaturados, e, também, com seu baixo nível educacional e qualificacional, o trabalhador se debilita na relação trabalho e capital, sendo posicionado nas 3(três) classificações de CASTELLS, apresentadas anteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas relações capitalistas de trabalho com o desenvolvimento tecnológico ocorrendo em contínuas reestruturações produtivas da organização do trabalho com o aumento da tecnologia embarcada nos processos e produtos, na economia globalizada e da divisão internacional do trabalho, o dimensionamento de cada pólo da relação capital e trabalho tende a beneficiar o capital.

O trabalhador imerso na economia global, sempre a depender da venda de sua força de trabalho, na posição submissa de contínua expropriação, e sem garantia de políticas públicas do Estado Nacional, pelo enfraquecimento do mesmo no alargamento das fronteiras da mundialização e geografia

variável dos países da sociedade em rede na divisão internacional do trabalho, só tem uma alternativa política: lutar por uma proposta socialista. Pois, no capitalismo, os objetivos são divergentes: enquanto o capitalista busca lucro, acumulação com crescente produtividade e competitividade, o trabalhador busca o consumo e os meios de sobrevivência; portanto, não há possibilidade de consenso na relação capital/trabalho e, evidentemente, de autonomia do trabalhador. E, segundo MARX (1985), há uma alienação permanente do trabalhador nas relações sociais e de trabalho na sociedade capitalista pela sua própria identidade conflituosa de acumulação e de classes.

REFERÊNCIAS

- CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura: A Sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra. 1999.
- KUENZER, Acácia (org.). **Ensino médio-construindo uma proposta para os que vivem do trabalho.** São Paulo: Cortez. 2002.
- HARVEY, David. **Condição Pós-moderna.** São Paulo: Loyola. 1994.
- MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Sociedade industrial x Sociedade tecnicizada – mudança no trabalho, mudança na educação.** In: Educação e Trabalho, UFMG 1993.
- MARX, Karl. **O capital.** São Paulo: Nova Cultural. 1985.

